



RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

ARTIGO COMPLETO

Juliane Paprosqui Marchi da Silva
Leila Maria Araújo Santos
Liziany Müller Medeiros
Nathalie Assunção Minuzi

Resumo

A utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação no contexto educacional vem se efetivando ano após ano, estudar e utilizar redes de colaboração e cooperação e/ou comunidade virtuais de aprendizagem passou ser importante na construção coletiva do conhecimento, sendo comumente associadas a processos de inovações. Inovar é essencial para a sociedade globalizada que se apresenta e que é fortemente alavancada pela educação, nesse contexto, a educação assume o papel de divisor de águas para um país que necessita de desenvolvimento não só econômico como intelectual. Preparar professores com esta visão de compartilhamento, colaboração, autoria e coautoria parece pertinente na medida em que, estes serão os disseminadores e incentivadores de práticas abertas na educação. Sendo assim, o presente artigo objetiva discorrer sobre a possível interlocução dos Recursos Educacionais Abertos (REA) com as políticas para formação inicial de professores vigente, principalmente no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais. O objetivo da pesquisa se consolidou em analisar se utilização de REAs é fomentada nas legislações específicas para formação de professores. Para tanto, foi feito um recorte das políticas para formação inicial de professores, buscando as dimensões: formação inicial de professores e utilização de REAs. A metodologia escolhida foi a descritiva utilizando para coleta de dados referenciais bibliográficos existentes sobre REA e análise das legislações que amparam a formação de professores, objetivando encontrar subsídios que apontem para o fomento, utilização e inserção dos recursos educacionais abertos na formação inicial de professores. Optou-se por analisar os dados de forma qualitativa, buscando identificar nas legislações se a palavra REA é mencionada bem como a quantidade de ocorrência da mesma. Os aportes teóricos e os dados aqui analisados apontam inicialmente para a necessidade de valorização e fomento destes recursos na formação dos profissionais da educação nos diversos níveis e modalidades, bem como seu incentivo, os dados também revelam que a utilização destes recursos estão em consonância com as legislações e que são importantes se aplicados dentro de um contexto definido.

Palavras-chave: Formação docente. Políticas públicas. Recursos educacionais abertos.

1. INTRODUÇÃO

Com a crescente utilização das tecnologias da informação e comunicação no contexto educacional, estudar e utilizar redes de colaboração e cooperação e/ou comunidades virtuais de aprendizagem (LEVY, 1999, p. 27) passou a ser importante na construção do conhecimento coletivo, uma vez que, são comumente associadas a processos de inovações. Inovar tornou-se essencial para a sociedade globalizada que se apresenta. Sendo a educação o divisor de águas para um país que necessita

de desenvolvimento não só econômico como intelectual, preparar professores com esta visão de compartilhamento, colaboração, autoria e co-autoria parece pertinente na medida em que, esses serão os disseminadores e incentivadores desta forma de ensino-aprendizagem que se configura. As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) estão cada dia mais presentes no cotidiano escolar, negar a utilização destes recursos é negar a configuração social na qual os estudantes estão inseridos, incentivar que os estudantes sejam protagonistas na construção do conhecimento é um dos papéis desempenhado pelo professor diante desta geração conectada, nas mais variadas redes que se apresentam.

Neste contexto e levando em consideração a formação de professores, discorrendo sobre políticas que vão ao encontro de propostas mais dinâmicas para o ensino aprendizagem, que utilizem todo aparato tecnológico, o presente artigo busca identificar se o uso de Recursos Educacionais Abertos (REAs) na formação inicial de professores tem interlocução e/ou estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica mais especificamente com a Resolução CNE/CP N. 02 de 2015 e com Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Os aportes teóricos estudados aqui, inicialmente apontam para a necessidade de fomentar na Formação inicial de professores o uso de Recursos Educacionais Abertos, utilizando para isso repositórios de materiais didáticos e o uso de licenças livres, tais como Creative Commons.

2. Recursos Educacionais Abertos

Ao vivenciarmos uma “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999) submersa nos meios de informação e comunicação é inconcebível visualizarmos a educação do século XXI fora deste contexto que se apresenta, novos rumos e maneiras de ver e conceber a escola são traçados e definidos, diferente daquela à que fomos submetidos ao longo de muitos anos. O fato é que, “a luz da tecnologia tem-se a necessidade de reinventar a educação” (SODRÉ, 2012) e, para que esta reinvenção se efetive como prática pedagógica primeiramente deve-se qualificar o professor parte fundamental e precursora de uma educação sem modelos pré-definidos, mas contextualizada à realidade e à sociedade a que se destina.

Os Recursos Educacionais Abertos são definidos pela UNESCO (2011) como: Materiais de ensino, aprendizado, e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. Podem ser disponibilizados na internet, de forma livre, ou seja, qualquer pessoa pode acessá-los e beneficiar-se dos mesmos em suas práticas pedagógicas.

Porém, a questão que envolve direitos autorais ainda é um fator inibitório destas práticas de compartilhamento, uma saída é a utilização de licenças livres como a *Creative Commons*, a qual se configura como um modelo de gestão de direitos autorais, que através de atribuições ao recurso disponibilizado, que pode ser desde um texto até um software específico, permite que esses sejam compartilhados, adaptados/modificados de acordo com as necessidades de quem está utilizando, cabe destacar que este tipo de licença não é contrária aos direitos de autor, mas sim funcionam complementarmente aos direitos, dando liberdade para que sejam utilizados preservando a autoria.

Em se tratando da formação inicial de professores, a utilização destes recursos abertos se configura como fomento para práticas colaborativas abertas, e aqui “o adjetivo “aberto” se contrapõe às receitas prontas e aos textos que encerra em si toda e qualquer resposta” (UNESCO, 2011) essas práticas objetivam estimular a utilização de materiais e recursos didáticos livres, formando novas configurações para o ensino, no qual professores e alunos podem assumir papel de autores, possibilitando a escola ser vista como Instituição que cria e não somente como reprodutora do conhecimento.

A mudança de postura da escola, rompendo velhos paradigmas, e utilizando licenças livres, segundo Amiel (2012) estimula os professores na busca por conteúdos que possam tornar a aprendizagem mais interessante e flexível, Gonsales (2012) enfatiza que os recursos educacionais abertos geram uma transformação ainda maior na educação uma vez que, envolvem educadores e estudantes no processo criativo de adaptação dos recursos contextualizando-os a sua realidade. Além disso, permite que sejam autores na construção de sua própria aprendizagem, produzindo desta forma uma educação com maior horizontalidade e interatividade e fomentando o pensamento coletivo.

Incentivar a utilização de recursos educacionais abertos, na formação e na prática dos docentes para atender a nova perspectiva de educação que se configura, são estudos recorrentes quando nos reportamos a Gonsales (2012), Pretto (2008) dentre outros. Além disto, a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação é realidade e, se contextualizadas, muito tem a oferecer nos processos de ensino-aprendizagem.

3. Materiais e Métodos:

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa qualitativa, com caráter exploratório e procedimento técnico de revisão bibliográfica. Para Marconi e Lakatos (1992), a revisão bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, com finalidade de fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando na análise de suas pesquisas. Sendo assim, buscou-se nas legislações publicadas, que foram o objeto do estudo (Diretriz Curricular Nacional para Formação de Professores e Plano Nacional de Educação), localizar como os recursos educacionais abertos aparecem nos textos e se aparecem, então, utilizaram-se as palavras “Recursos Educacionais Abertos” e “Tecnologias da Informação” como palavras chaves para identificação nos textos informados. Após foi feita uma análise do contexto onde essas palavras aparecem.

4. Discussão dos achados

4.1 As políticas para educação e as políticas para formação de professores

4.1.1 Plano Nacional de Educação

Ainda não podemos dizer que no Brasil a educação é para todos, apesar da Constituição Federal de 1988 garantir como um direito a qualquer cidadão, a realidade ainda é bem diferente e nos deparamos com dados da UNESCO que mostram que no Brasil ainda temos 13 milhões de analfabetos (ONUBR, 2017)

Levando em consideração a necessidade de erradicar com o analfabetismo no Brasil a primeira diretriz do Plano Nacional de Educação é justamente esta.



Construído a partir da primeira Conferência Nacional de Educação CONAE no ano de 2001 foi sancionada e aprovada a lei 10.172 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) esse plano traça metas e estratégias para Educação Brasileira por um período de 10 anos, ou seja, a cada decênio o plano é reelaborado e feito um diagnóstico do que foi alcançado através das estratégias propostas. O primeiro PNE foi implementado entre os anos de 2001 a 2010, década conhecida pelo incentivo à educação. Porém, com um grande número de metas gerou-se um documento muito extenso o que não logrou grande sucesso. Com o findar da primeira década de vigência do Plano Nacional de Educação, novo plano foi proposto para atender então aos anos de 2011-2020, porém, somente no ano de 2014 que o plano é regulamentado com a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, documento mais sucinto e enxuto que trás como diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho e para cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Brasil, 2014, p.12)

Aproximar o currículo e práticas às demandas da rede pública é outra necessidade observada no Plano, para tanto, a Universidade deve olhar mais de perto para a comunidade na qual está inserida e contemplar em seus currículos de formação de professores, disciplinas curriculares que atendam a demanda apresentada, neste caso o tripé ensino-pesquisa-extensão deverá ser consolidado. Para tanto, o plano também sinaliza nas estratégias da meta 15 a necessidade de “reforma curricular dos cursos de licenciatura para dentre outras, incorporar as modernas tecnologias da informação e comunicação em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica...”(BRASIL, 2014)

Neste sentido, e analisando o Plano, no que diz respeito à qualidade da educação, percebe-se que é através de currículos bem estruturados pra formação

de professores que será obtido êxito neste segmento. Uma das necessidades mais básicas é ter conhecimento das Tecnologias da Informação e Comunicação e saber como aplicá-las no contexto escolar. Para tanto, a Meta 7 do PNE traz como necessidade “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem...” (BRASIL, 2014) esta meta nos remete a algumas estratégias, dentre elas está a estratégia que preconiza;

7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos, e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e **recursos educacionais abertos**, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas. (BRASIL, 2014, p.63, grifo nosso)

Fazendo uma interlocução dos elementos apresentados acima e a utilização de recursos educacionais abertos, fica em evidencia que estes podem sim ser utilizados como estratégias pedagógicas inovadoras, uma vez que trarão em seu bojo o compartilhamento de saberes e a riqueza em ser construídos colaborativamente, os quais também levam em consideração a realidade que os cercam.

No que diz respeito a utilização dos recursos educacionais, no Plano Nacional de Educação é apenas identificado na meta 7 apresentada anteriormente e na meta 5 em um documento com mais de 80 páginas. Percebe-se que o fomento para a autoria e co-autoria em políticas públicas ainda carece de incentivo e valorização.

3.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica.

A perspectiva aqui apresentada, à cerca da formação de professores de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação de julho de 2015, procura entender se os Recursos Educacionais Abertos são elencados na diretriz. O mais perto que a presente pesquisa chegou desta perspectiva foi no Art. 7º inciso V o qual apresenta que o perfil do egresso do futuro professor,



Art. 7º O (A) egresso (a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir: V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, **demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem.** (BRASIL, 2015, p.7, grifo nosso)

Como observado necessita-se formar profissionais professores que façam uso das tecnologias de uma forma geral, não suscitando a utilização de REAs especificamente como o PNE trouxe. Para a Diretriz o futuro egresso deverá ter domínio das tecnologias, e conseqüentemente utilizar em suas práticas pedagógicas futuras, sendo necessário nesse sentido, que tenham desenvolvido a competência de trabalhar em equipe, já na formação inicial.

Observamos que a utilização de Recursos Educacionais Abertos, vão ao encontro de uma proposta pedagógica mais dinâmica, uma vez que, proporcionam além de outros já citados, a capacidade de trabalho em equipe, de autoria e co-autoria, de processos de aprendizagem colaborativa e troca de saberes.

Porém, para fazer uso de tantos meios e recursos que são disponibilizados através das tecnologias da informação e comunicação na formação inicial de professores, é necessário também, fazer emergir paradigmas inovadores, que,

Busquem provocar uma prática pedagógica que ultrapasse a visão uniforme e que desencadeie a visão de rede, de teia, de interdependência, procurando interconectar vários interferentes que levem o aluno a uma aprendizagem significativa, com autonomia, de maneira contínua, como um processo de aprender a aprender para toda a vida. (BEHRENS, 2013 p. 111)

Fomentar na formação inicial de professores essa visão é importante uma vez que, estes profissionais encontrarão em sua vida profissional uma sociedade permeada pelas tecnologias, na qual seus alunos são parte indissociável, estes já não aprenderão mais como seus professores foram educados. Estes desafios a que serão impostos deverão ser levados em consideração durante sua formação inicial, saber o que fazer e como o fazer é tarefa de currículos bem desenhados.

O fato é que, enquanto a Diretriz para Formação de Professores conduz para um currículo flexível no qual o futuro professor poderá desenhar seu caminho



educacional a Universidade, enquanto espaço para socialização e compartilhamento de saberes, na maioria das vezes, os cursos de licenciatura ainda utilizam um pequeno percentual destinado ao que trata o art. 7º, e contempla, a utilização das TIC apenas como temas complementares na formação inicial, primando por uma educação verticalizada que não atende à realidade a que seus egressos serão submetidos.

Observa-se assim, que os Recursos Educacionais abertos estão em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para formação de professores, apesar de no documento em nenhum momento ter sido localizada a palavra “recursos educacionais abertos”, mas sim tecnologias da informação como um todo.

Cabe então a prática pedagógica do corpo docente, introduzir em suas metodologias a utilização de práticas abertas, incentivando a aprendizagem colaborativa e a troca de conhecimento, os quais culminarão no compartilhamento de ideias, sendo desta forma atendida e atingida as metas propostas no PNE juntamente com as Diretrizes.

4. CONCLUSÃO

Observamos neste estudo que a preocupação em torno da formação docente é objeto do Plano Nacional de Educação bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo assim, é inevitavelmente que a formação inicial de professores traga em seu bojo ações que estejam em consonância com currículos flexíveis e com legislações que viabilizem e fomentem práticas abertas e tecnologias educacionais tanto para professores quanto para acadêmicos, futuros professores, que por sua vez, serão disseminadores destas práticas em suas inferências enquanto profissionais da educação.

Continuar com uma educação escalonada, vertical e imposta é negar a sociedade e o contexto no qual os aprendizes estão inseridos, negando a realidade que cerca estes cidadãos que são e serão responsáveis pelo mundo que vivem e que transformam dia após dia.

Para tanto, observamos nos estudos bibliográficos suscitados aqui que as metas do Plano Nacional de Educação que dizem respeito à utilização dos meios tecnológicos na educação bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para



Formação de Professores da Educação Básica, são possíveis através da utilização de Recursos Educacionais Abertos.

No entanto, a mudança de postura das Instituições que formam os profissionais da educação, deve ser levada em consideração, apesar da pouca evidência da palavra “recursos educacionais abertos” nos documentos citados, a apropriação das TICs dá abertura aos REAs os quais podem fazer toda a diferença na formação de professores que acima de tudo são integrantes de sistemas subjetivos que pensam, escolhem, interagem, movem-se em todos os lugares num só lugar.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. **Unesco: Brasil tem quase 13 mi de analfabetos adultos e é 8º no mundo.** 29 de janeiro de 2014. Disponível em:<
<http://noticias.terra.com.br/educacao/unesco-brasil-tem-quase-13-mi-de-analfabetos-adultos-e-e-8-no-mundo,5c15a2a6cb3d3410VqnCLD200000ec6eb0aRCRD.html>>
acesso em: 20 de novembro de 2017

AMIEL, Tel. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In.: Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Preto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis, RJ: 6. ed. Vozes, 2013. p. 111.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 2 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, Página 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Formação de Professores da Educação Básica.** Brasília 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica> acesso em 20 de novembro de 2017.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CREATIVE Commons. Choosing a license. Disponível em: <http://creativecommons.org/about/licenses> acesso em: 20 de janeiro de 2018

DARCIE, Paulo. Projeto Folhas e Livro didático público. Entrevista com Mary Lane Hutner.. In.: **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Pretto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E.S.S.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011, 300p.

GONSALES, Priscila. Aberturas e rupturas na formação de professores. In.: **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Pretto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

GUIMARÃES. V.S. **Formação de Professores: saberes, identidade e profissão**. São Paulo: Papirus, 2010, p.17.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo, Editora 34, 1999, p.27.

MONFREDINI, E. Trabalho, profissão docente e o problema do conhecimento na formação inicial de professores. Eccos Revista Científica. V. 11, n. 2, p 605-620, 2009. p. 614).

PRETTO, N. DE L. Cultura digital e educação: redes já! In: PRETTO, N. L.; SILVEIRA, S. A. (Org.). Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador, Edufba, 2008.

Recursos Educacionais Abertos. Projeto de Lei Federal, Brasil 2011. Disponível em: <http://www.rea.net.br/site/politica-publica/projeto-de-lei-federal/> acesso em 20 de janeiro de 2017.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a Educação Diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

STAROBINAS, Lilian. REA na educação básica: a colaboração como estratégia de enriquecimento dos processos de ensino-aprendizagem. In.: **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Pretto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. Comunidade de Aprendizagem Orientações da Política de REA para ser lançado na Conferência Geral da UNESCO, 2011. Disponível em: < [http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focus-articles/all-news/news/unescocommonwealth of learning oer policy guidelines to be launched at the unesco general conference/#.UpuSWdJJPSk](http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focus-articles/all-news/news/unescocommonwealth%20of%20learning%20policy%20guidelines%20to%20be%20launched%20at%20the%20unesco%20general%20conference/#.UpuSWdJJPSk) > acesso em: 15 de janeiro de 2018.

TORI, Romero. Cursos Híbridos ou *blended learnin*. In.: **Educação a Distância: o estado da arte**. Frederic M. Litto; Marcos Formiga (orgs). São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.p.308